CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR

Indicação de Marluce é o início do acerto

Alagoas inaugura movimentos para 2026

Na coluna do fim de semana comentamos por aqui a preocupação do governo e do PT em evitar que a já complicada situação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já vive hoje na sua relação com o Congresso se agrave ainda mais numa eventual reeleição em 2026. Se Lula aparece como favorito para a Presidência, está longe de ser a esquerda quem aparece favorita nos levantamentos para o Senado. A chance de eleição de um Congresso ainda mais hostil, capaz de paralisar completamente as ações do governo, é grande. Então, é ali, especialmente no Senado, que já vai se travando uma batalha renhida. Na qual, como prega o ainda presidente do PT, senador Humberto Costa (PE), será preciso ser o mais pragmático possível.

Centro-direita

A ideia é abrir espaço para eventuais aliados de centro-direita onde a esquerda não tiver condições de vitória. E Alagoas é o primeiro laboratório mais concreto dessa articulação. O Correio Político conta agora os principais bastidores desses movimentos alagoanos.

Oposição

A oposição vem tentando uma estratégia que esbarra em brigas regionais. A ideia é estabelecer em cada estado uma dupla de candidatos que tenha um nome do bolsonarismo raiz e outro de centro que ficaria preso a compromissos recebendo o apoio de Jair Bolsonaro.

Lula Marques/Agência Brasil

Arthur Lira agiu para não ser escanteado

Ação em Alagoas visa travar movimentos da oposição

A articulação em Alagoas visou travar justamente a possibilidade desses movimentos. Começou há cerca de nove meses. E diga-se que por uma iniciativa vinda de quem era oposição. Quem iniciou o movimento foi o prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), conhecido como JHC. Ele procurou o senador Renan Calheiros e o ministro dos Transportes, Renan Filho. Renan Filho sairia para o governo de Alagoas e JHC e Renan, cujo mandato acaba, disputariam o Senado. Para fechar o acordo, JHC pedia como contrapartida que os dois apoiassem a indicação de sua tia, Marluce Caldas, para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim foi feito.

Lira

O acerto, porém, gerou um novo problema: o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL). Lira articulou-se para se tornar o relator do principal projeto do governo, o que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda. E ficou com essa carta na manga.

STJ

Não foi coincidência o fato de Lira entregar seu relatório sobre o IR exatamente no mesmo dia em que Lula indicou Marluce Caldas para o STJ. Ele teria dito ao governo que seguraria o relatório enquanto não houvesse uma sinalização para a sua situação política.

Senado

Lira também quer ser candidato ao Senado. Foi, então, preciso uma intervenção da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Primeiro, ela tentou convencer Renan Filho a não sair candidato ao Senado e ficar no ministério.

JHC

Renan Filho não aceitou. Então, Gleisi foi a JHC. Em troca de Marluce, convenceu-o a completar o mandato na prefeitura e ficar para a próxima disputa do Senado. JHC teria aceito. Ficam candidatos Renan pai e Lira, de centro e direita, mas compromissados com um Lula 4.

Receita não pode cobrar IOF retroativamente

Ao Correio, especialistas avaliam reação do Congresso

Jonas Pereira/Agência Senado

Expectativa é que Casas presididas por Motta e Alcolumbre retaliem o governo

Por Gabriela Gallo

Com a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes em manter o decreto presidencial que aumenta alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), a equipe econômica do governo federal calcula os impactos orçamentários da medida. Já está valendo o aumento de 3,38% para 3,5% em compras internacionais de pessoas físicas em cartões de crédito e débito internacional. Além disso, também foi fixada a alíquota de 3,5% para compra de moeda estrangeira em espécie e em remessas para o exterior (antes a alíquota era de 1,1%). A única exceção é a regra que previa a incidência do imposto sobre operações de risco sacado, que Moraes considerou inconstitucional.

De acordo com o Ministério da Fazenda, a previsão do governo é de arrecadar R$ 39,25 bilhões entre 2025 e 2026. O valor representa uma redução de R$ 22,25 bilhões se comparada com a primeira versão do decreto presidencial – que previa arrecadar R$ 61,5 bilhões com IOF entre 2025 e 2026 com a cobrança de 3,5% sobre investimentos em fundos no exterior.

Receita

Os poderes Executivo e Legislativo passaram quase dois meses disputando o aumento da taxação do IOF, mesmo com as iniciativas do governo em tentar amenizar os impactos com a medida. O Congresso Nacional alegava que a medida não poderia ser implementada, já que o Imposto sobre Operações Financeiras é um tributo regulatório e não arrecadatório. Por outro lado, o governo argumentava que a Constituição Federal concedia ao poder Executivo a possibilidade de ajustar tributos. Após uma tentativa de reunir representantes dos três poderes para chegar a um acordo, o que não deu certo, a Suprema Corte julgou como constitucional o direito do governo em poder alterar impostos e tributações, fazendo somente a alteração sobre o risco sacado.

Enquanto a decisão do imposto enfrentava uma queda de braço entre governo e Congresso, até o poder Judiciário definir a questão, estava incerta a possibilidade de a Receita Federal cobrar o novo valor do IOF sobre as operações realizadas nas semanas de discussões da medida. Contudo, nesta sexta-feira (18), o ministro Alexandre de Moraes confirmou que o Imposto sobre Operações Financeiras não pode ser cobrado pela Receita Federal durante o período em que o decreto presidencial esteve suspenso pelo STF.

Mesmo com a afirmação de Moraes, ao Correio da Manhã o sócio do Serur Advogados Cristiano Araújo Luzes não negou a possibilidade de o plenário do Supremo "decidir sobre os efeitos dessa liminar" e que "ainda poderão ser opostos embargos de declaração contra a decisão do ministro, para que se aponte esse problema".

"Não é uma discussão fácil, pois, se de um lado será preciso ser coerente com o mérito da decisão que entendeu inconstitucional o decreto legislativo, de outro lado será preciso resguardar a segurança jurídica daqueles que são afetados por essa disputa entre os poderes", completou Cristiano.

Congresso

A decisão do STF foi contrária ao posicionamento do Congresso, o que gerou mais atritos para as relações dos parlamentares com o Executivo e o Judiciário. Para a reportagem, o analista político Elias Tavares avaliou que a tendência é que o Congresso volte a discutir a matéria, mesmo que a Suprema Corte já tenha definido pela sua constitucionalidade. "A base aliada já vinha tensionada, e essa medida só aumentou o desgaste. A leitura predominante é de que o governo governa por decreto e despreza o diálogo político. O Supremo pode até dizer que é legal, mas o Congresso pode decidir que é insustentável. E quando o Parlamento quer reagir, ele tem instrumentos para isso", ele afirmou ao Correio da Manhã.

Por outro lado, a especialista em Jurídico e Tributário na BMJ Consultores Gabriela Rosa considera que "dificilmente o Congresso buscará reverter essa medida tomada pelo ministro em esferas políticas".

"Espera-se que a maior medida que o Parlamento pode tomar seja recorrer no curso do processo judicial. Isso porque essa discussão já perdeu boa parte da sua temperatura e o timing não favorece os parlamentares, porque o Legislativo está em recesso. Então o principal espaço de visibilidade e reação, no próprio Congresso, teria que esperar muito tempo, enfraquecendo a questão", explicou a jurista para a reportagem.

Ela ainda avaliou que os presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), "devem atuar politicamente para que o principal 'culpado' dessa narrativa seja precisamente o ministro Alexandre de Moraes, para não escalar sem ganhos significativos a disputa com o Executivo".

Retaliações

Porém, ambos os especialistas concordam que o Congresso realizará uma série de retaliações ao governo. "A retaliação não virá no papel, virá no voto. O governo pode até ganhar no Supremo, mas no plenário, coleciona derrotas", avaliou Elias Tavares. "O Congresso deve buscar uma forma de dar o troco. Isso pode vir na forma de travamento de pautas, recusa em aprovar matérias de interesse do governo, ou até com projetos que alterem diretamente o impacto do IOF seja revogando, seja redirecionando", ponderou o analista político.

A oposição ainda deve focar em pautas fiscais ou as chamadas pautas de costume. A jurista Gabriela Rosa citou como exemplo de pautas fiscais o projeto que amplia a isenção do pagamento do imposto de renda para quem ganha até R$ 5 mil mensais (PL 1087/2025), que será discutido no plenário da Câmara em agosto e pode passar por alterações, e a discussão da Medida Provisória de Compensações pelo IOF.

Recesso não vai parar julgamento no Supremo

Valter Campanato/Agência Brasil

Primeira Turma seguirá julgamento da ação penal

Por Gabriela Gallo

Após uma semana intensa de votações no Congresso Nacional, esta será a primeira semana do recesso parlamentar no Legislativo, sem agenda nas Casas do Congresso. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) use tornozeleira eletrônica, na sexta-feira (18) parlamentares da oposição entraram com recurso solicitando que o recesso no Congresso fosse suspenso. Ambos os presidentes do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), negaram o pedido e mantiveram o período de descanso. As atividades parlamentares retornam em 4 de agosto.

A única exceção em que as Casas poderão voltar a trabalhar antes do final do recesso, segundo Hugo Motta em entrevista à TV Câmara, é se o governo tomar alguma atitude referente as tarifas de 50% a produtos brasileiros impostas pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano). Após os presidentes das Casas legislativas confirmarem apoio ao governo nas ações de reciprocidade para proteger o Brasil do tarifaço estadunidense, Motta se colocou à disposição para pautar uma sessão extraordinária no plenário da Casa, caso seja necessário.

STF

Enquanto o Legislativo está em recesso, o Judiciário seguirá trabalhando nesta semana. Nesta segunda-feira (21), se dá início à oitiva das testemunhas do Núcleo três do plano de tentativa de golpe de Estado, na Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF). As audiências seguem até esta quarta-feira (23) e serão realizadas por videoconferência. Na quinta-feira (24), começará o interrogatório dos réus do Núcleo quatro.

O núcleo três, ou núcleo militar, era responsável por elaborar ações táticas para implementar o golpe de Estado. Dentre as táticas, estava previsto o plano "Punhal Verde e Amarelo", que previa o assassinato do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) e do ministro do Supremo e na época presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Alexandre de Moraes.

Já o núcleo quatro era responsável por organizar ações de desinformação para propagar notícias falsas sobre o processo eleitoral e reforçar discursos que descredibilizavam as urnas eletrônicas. Mas apesar das funções do cada grupo serem distintas, como a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) é única, todos os reús são acusados de cometerem os mesmos crimes. São eles: golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União.

Bolsonaro

Apesar do recesso parlamentar, o líder do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), agendou uma reunião na próxima terça-feira (22) entre os parlamentares da oposição para discutir um Requerimento de moção de Louvor e Regozijo (documento formal que expressa reconhecimento) ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Até o fechamento desta reportagem, o local do encontro ainda era incerto porque, como a Câmara estará em recesso parlamentar, os parlamentares do PL podem não conseguir uma sala para se reunir.

Em um documento protocolado pelo líder do PL, Sóstenes diz que Jair Bolsonaro merece a moção de louvor porque ele "recuperou o país da tragédia ao longo de 14 anos de Governos Petistas (Lula 1; Lula 2; Dilma 1; e Dilma 2)", e citou propostas e medidas realizadas durante a gestão do ex-presidente da República, como o Auxílio Emergencial e o piso salarial nacional de enfermagem.